

Sumário

1. Introdução	1
2. Direito à Saúde e Sistema Único de Saúde na Constituição Federal de 1988	7
2.1 Direito à saúde como direito fundamental social e constitucionalizado	8
2.2 Do direito à saúde à saúde pública e ao direito sanitário	14
2.3 Garantia do Sistema Único de Saúde: origem histórica, características, definição e objetivo	26
2.3.1 Origem histórica	26
2.3.2 Características.....	33
2.3.3 Definição	48
2.3.4 Objetivo	49
2.4 Ações e serviços de saúde: redes de atenção à saúde	56
2.4.1 Elementos do sistema	57
2.4.1.1 Cobertura	58
2.4.1.2 Financiamento.....	58
2.4.1.3 Força de trabalho.....	59
2.4.1.4 Rede de serviços	60
2.4.1.5 Insumos, tecnologia e conhecimento	62
2.4.1.6 Organizações.....	62

2.4.2 Funções do sistema.....	63
2.4.3 Funcionamento do sistema: níveis de complexidade (atenção básica/primária, média complexidade, alta complexidade) e as características de hierarquização e regionalização do SUS	65
2.4.3.1 Atenção básica/primária, média complexidade, alta complexidade	66
2.4.3.2 Gestão e competência entre os entes federados: regionalização e hierarquização no SUS	77
3. Contratualização de Serviços Assistenciais.....	89
3.1 O que é a contratualização: regulamentação constitucional e infraconstitucional, requisitos e forma	97
3.1.1 Regulamentação constitucional e infraconstitucional.....	104
3.1.2 Requisitos.....	109
3.1.3 Forma.....	114
3.2 Opção pela contratualização de serviços assistenciais privados quanto à atenção secundária e terciária (média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar) no estado do Paraná	125
3.3 Análise dos dados quanto a serviços de saúde de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial.....	131
3.3.1 Serviços de média complexidade ambulatorial (SIA/SUS) ..	134
3.3.2 Serviços de média complexidade hospitalar (SIH/SUS).....	140
3.3.3 Serviços de alta complexidade ambulatorial (SIA/SUS)	154
3.3.4 Serviços de alta complexidade hospitalar (SIH/SUS).....	160
3.4 Considerações amparadas na análise de dados.....	173

4. Problema da Previsão Normativa da Complementaridade dos Serviços Privados sob a Ótica da Efetividade	181
4.1 Complementaridade na prestação de serviços públicos do SUS: efetividade de acesso à assistência ou problema ideológico?	182
4.2 Há inconstitucionalidade na preponderância de serviços privados contratualizados sobre os serviços públicos próprios de saúde no nível assistencial hospitalar?	192
4.2.1 Serviços públicos de saúde sob a ótica da eficácia, da eficiência e da efetividade	192
4.2.2 Função de regulação do sistema: controle, monitoramento, avaliação e fiscalização como instrumentos de governança do SUS	204
4.2.3 Função de regulação do sistema: instrumentos de monitoramento e avaliação DEA (Análise Envoltória de Dados) e <i>Benchmark</i>	213
4.2.4 Função de alocação de recursos: pagamento dos prestadores públicos e privados e o DRG (<i>Diagnosis Related Groups</i>)	217
Considerações Finais.....	231
Referências.....	235